

Sede da Junta de Freguesia de Alvaredo

Reunião Ordinária de 31-10-2018

Ata nº 22

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	Vereador	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Alexandre Bruno Barros Reinales	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Maria Sameiro Sousa Domingues Lima	Vereador	P

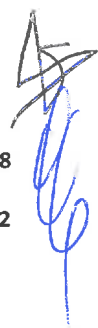
P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 25-10-2018

Operações Orçamentais	275.705,86€
Operações de Tesouraria	655.999,30€
Documentos	264.134,63€

Início da reunião: 14:30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.



## I – Antes da ordem do dia

O Presidente deu início à reunião começando por cumprimentar a mesa, o executivo da Junta de Freguesia, agradecendo por terem aberto as portas da sede da junta e continuou cumprimentando os homens e mulheres de Alvaredo.

Explicou que as reuniões de câmara públicas são constituídas por três grandes pontos, o período antes da ordem do dia, o período da ordem do dia e o período de intervenção do público.

Declarou que antes de iniciar o período de trabalho queria dar algumas notas que lhe pareciam importantes. A primeira, é relativa à celebração do primeiro ano de mandato no sábado passado, data em que se celebrou não só o primeiro ano de mandato da Câmara Municipal, mas também da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia, servindo a mesma para avaliar o trabalho realizado, bem como, dos compromissos assumidos, os quais foram sem dúvida cumpridos, terminou agradecendo a todos.

Por se encontrar em Alvaredo disse crer que seria importante referir-se à ETAR da Zona Industrial que apesar de se localizar em Penso, também serve a população de Alvaredo, explicou que a nova ETAR está praticamente pronta, com tecnologia de ponta para poder dar resposta às necessidades não só da Zona Industrial, como da Freguesia de Alvaredo e salvaguardando ainda, as questões ambientais, nomeadamente, o Rio Minho.

Felicitou o executivo da Junta de Freguesia de Alvaredo pela execução da Casa Mortuária que rapidamente se encontrará concluída. Reconheceu ainda que em breve se realizará uma empreitada que contempla pavimentações em vários pontos da freguesia.

Informou também que durante a elaboração do Orçamento para o ano de 2019 foram consultados os Presidentes de Junta, tendo o de Alvaredo, alertado para a necessidade de intervenções na sede da Junta de Freguesia, edifício com mais de 30 anos e ainda no cemitério, assim, está contemplado no orçamento que se irá discutir na presente reunião a colaboração do Município com a Junta de Freguesia para a execução dessas obras tão necessárias para a população.

Avançou ainda, que na próxima segunda ou terça feira a nova antena de rede móvel sita em Lamas de Mouro estaria a funcionar, disse que a mesma teria estado em testes, mas que não se encontrava efetivamente a funcionar pois só para a próxima semana terá a energia necessária. Expos que isto era o resultado de uma luta que teve início no ano de 2016, já em 2017 foi colocada uma antena de rede móvel em Castro Laboreiro e agora esta em Lamas de Mouro cobrindo, assim uma extensão de território que há muito necessitava.

Pronunciou-se sobre os CTT, afirmando que se tratava de um assunto delicado e polémico, mas que o Executivo via com agrado a solução encontrada pois é garantido que o serviço será prestado como até agora e no local onde sempre foi, salvaguardou que sabia que num momento inicial as operações financeiras serão diminuídas, mas que se trata de uma situação transitória e que novos serviços irão ser tomados. O executivo já assumiu publicamente que teve alguma interferência para a solução encontrada pois o que se encontrava em cima da mesa era o encerramento, foi arranjada uma opção atempadamente.



No que aos eventos culturais diz respeito expressou que apesar da “Noite dos Medos”, ter tido a sua primeira sessão o ano passado, esta teve um enorme impacto e dimensão, garantiu que esperava que este ano a adesão fosse superior e que o evento continuasse a crescer, o que veio acontecer, continuou dizendo que não podia deixar de felicitar os serviços, bem como, todos os que se mostraram interessados em participar, nomeadamente, o Agrupamento de Escolas, através da Direção, dos professores e dos pais, o Grupo de Teatro “Os Simples”, os vizinhos Galegos de Padrenda e de Arbo e em especial os comerciantes locais. Afirmou que espera que este envolvimento aconteça, também em outras épocas do ano, pois é necessário, importante e garante o efetivo sucesso dos eventos.

Por ultimo evidenciou que no período da ordem do dia seria discutido a proposta à deliberação do Orçamento de 2019, um dos pontos mais importantes do ano, no qual foram chamados a intervir Presidentes de Junta e Vereadores da Oposição e as suas sugestões depois de apreciadas considerando-se pertinentes foram integradas no documento. Mais informou que a próxima Assembleia Municipal se irá realizar no dia 7 de dezembro.

Solicitou a palavra o Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro, declarou estar muito sentido com o Presidente, sentimento que era partilhado pelo Vereador Alexandre Reinales, no que aos CTT se refere e que gostaria de ouvir a opinião dos Vereadores Custódio Domingues e Maria Sameiro Lima sobre este assunto. Explicou que sendo a primeira sede do concelho do país a encerrar sem nada se ter feito, não entendia como é que um assunto com esta importância não foi discutido em Reunião de Câmara de forma aberta, antes de se tomarem decisões. Acrescentou que os CTT lhe deveriam entregar uma medalha ao Presidente por esta posição, e que na sua atuação como Vereador nunca esteve numa postura de complicar, mas que neste caso não podia esconder a tristeza por não ter tido oportunidade de fazer alguma coisa para que um serviço como os correios não fechasse portas em Melgaço. Acrescentou que detinha conhecimento que as contas seriam enviadas para Monção e lá encerradas, que os serviços financeiros já não existem nem virão a existir, isto é, os certificados de aforro ou os PPR não voltarão a ser possíveis em Melgaço. Esclareceu que não colocava em causa em nenhum momento a transferência para aquela empresa em concreto nem muito menos a empresa, pois cresceu com aquela família, por isso não se trava de atacar a UKUBO.

O Presidente respondeu ao Vereador dizendo que não viu o PSD de Melgaço preocupando em 2013, quando o Governo PSD decidiu a privatização dos CTT. Disse recordar-se que nessa altura na Assembleia Municipal foi dada nota da gravidade da privatização pela bancada do PS, mas o PSD não se pronunciou. Continuou expressando que foi esse momento que criou as condições para que acontecesse o que está a acontecer. Frisou que não foi só em Melgaço que os CTT fecharam, afirmou ser uma falácia e enumerou outros concelhos em que tal também aconteceu e as diferentes medidas tomadas, nomeadamente, Terras de Bouro, Vila Flor, Manteigas. Em alguns desses concelhos as opções tomadas foram outras. No caso de Melgaço tentou-se que, a ser inevitável pelo menos, o serviço não fosse transferido para o quiosque do lado, e garantir que a loja tivesse os mesmos serviços e até com maior qualidade. Quanto à questão de Monção disse o Presidente que já começava a raiar a paranoia, pois em nenhum momento Melgaço se encontra na dependência de Monção. A operação de distribuição está a ser realizada nos mesmos moldes e a partir do mesmo edifício, alias como sempre. Garantiu que acreditava que foi a melhor solução e que a empresa está e estará à altura do desafio e que o tempo já o comprovará.

O Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro objetou afirmando que nunca teria ido a uma reunião partidária e que não são os partidos que fazem Melgaço, disse ainda, que a posição do PSD foi fruto do estado em que se encontrava o país depois da gestão do PS. Continuou declarando que Melgaço deveria ter lutado, pelos carteiros os quais não sabem o seu destino e pelo serviço público prestado pelos CTT. Relativamente, à empresa exploradora, expressou que era do conhecimento de todos que as empresas não são eternamente solventes e que também podem deixar de possuir interesse nos investimentos. Reiterou que gostaria de ouvir a opinião dos Vereadores.

A Vereadora Maria Sameiro Lima disse que o Presidente já teria dito tudo, contudo afirmou que realmente era triste que os serviços fechem no interior, mas que esse não era o caso pois o serviço mantinha-se aberto, afirmou que no seu ponto de visto o importante não é quem presta o serviço, mas sim que este se preste e sobretudo com qualidade. Continuou explicando que teve conhecimento pelo facebook por aqueles que se dão ao trabalho de desenvolver uma campanha contra Melgaço.

O Presidente também interveio afirmando que falou com o Presidente de Terras do Bouro, PSD e seu amigo, o qual também tentava encontrar uma solução para a problemática, no caso dele passou por transferir funcionários do Município para os correios e contratualizar tal solução com os CTT. No que diz respeito aos carteiros disse não ter indicação alguma da alteração da distribuição, por esse motivo, garantiu parecer-lhe estranha essa conversa, até mesmo porque em Melgaço já existem poucos carteiros e é notória, por vezes a dificuldade em realizar o trabalho, afirmou parecer-lhe exagerada a preocupação.

O Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro expressou ainda, que quando se tratou de manter ou não os serviços de água na esfera do Município, foram unânimes na solução apresentada e que em nenhum momento foi questionada a rapidez com que se realizaram, nomeadamente, os aumentos apesar de não se verificarem melhorias, pois o Senhor Presidente assumiu as consequências políticas. Garantiu que só agora teve conhecimento que os Município que se associaram terão direito a dinheiros e os que ficaram de fora, não.

O Presidente da Câmara explicou que essa informação é pública desde que se iniciou a negociação do serviço de água, tendo até servido como foco de pressão para quem negou a cedência da dita competência, no entanto, desde o primeiro momento que tanto Melgaço, como Monção ou Ponte da Barca foram interrogando as entidades responsáveis pela ERSAR e pela APA de quais os valores que chegariam aos Municípios que não aderissem. Dizer que não irão receber qualquer tipo de apoio para continuarem o investimento realizado é de todo inconstitucional, pois trata-se de uma desigualdade negativa. Ainda não existe, portanto certezas sobre estes factos mas se assim for essa sem dúvida é uma luta a travar e que com certeza iremos ganhar, afirmou o Presidente. Continuou aclarando que pouco antes de surgir esta situação houve por parte do Município um investimento elevado no ciclo urbano da água fruto de uma candidatura ao POSUR, de cerca de três milhões de euros, sendo que neste momento se encontra a terminar este investimento. Terminou pronunciando-se sobre o comentário ao aumento do tarifário e declarou que tal como já tinha explicado no devido momento essa era uma imposição legal, a receita tinha que cobrir pelo menos 80% do investimento, daí tais valores terem sido apresentados depois de um profundo estudo.



O Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro interrogou o Presidente sobre os apoios do Governo à mobilidade.

O Presidente informou que os apoios em causa eram para as grandes cidades e cidades intermédias. Contudo há todo um trabalho que temos que fazer em relação à mobilidade, está-se a realizar, numa parceria entre a CIM Alto Minho e os Município um pensamento sério para garantir a mobilidade das zonas rurais. Acrescentou que também já teria conversado com os representantes da empresa AVIC a fim de determinar que as carreiras fossem asseguradas e possam servir os municípios e os visitantes.

O Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro solicitou novamente a palavra neste momento para alertar de que teria conhecimento que existia atualmente uma única patrulha de dois agentes por noite para os concelhos de Monção e Melgaço, afirmou que considerava isso muito grave e que o Presidente se devia empenhar para resolver o problema.

O Presidente expressou que era a primeira vez que o Vereador colocava uma questão transversal aos dois concelhos. Declarou que felizmente não lhe tinham chegado questões de falta de segurança nem na zona urbana nem na zona rural, claro que se tem articulado conversas entre ambos Municípios, acrescentou que lhe parece uma falsa questão. Contudo, garantiu que ficava registada a nota do Vereador.

## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

194. Neste ponto não está presente a Ata da reunião anterior, por não ter sido possível aos serviços concluí-la.

195. Justificação de faltas.

Neste ponto apresentou justificação de falta à reunião nº21 de 17-10-2018, o Sr. Presidente da Câmara, por ter estado presente numa reunião em Lisboa no Ministério da Agricultura e a Vereadora, Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso por motivos de consulta médica.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar as justificações de faltas apresentadas, não tendo participado na votação os respetivos requerentes.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

### **Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura**

196. Presente para efeitos de aprovação a Doação de publicações para integrar o espólio do Museu de Cinema Jean Loup Passek, bem como, a minuta de Auto de entrega, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo, deliberou por unanimidade, aprovar a Informação da Doação de publicações para integrar o espólio do Museu de Cinema Jean Loup Pasek, bem como a minuta de Auto de entrega, nos termos e para efeitos da alínea j) do nº.1 do artº. 33º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

197. Ofício da Associação, Cultural e Desportiva "A Batela", a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 2.000,00€, para fazer face às despesas com o plano de atividades para o ano de 2018. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo, deliberou por unanimidade, aprovar a Informação da concessão de um subsídio no valor de 2.000,00€, à Associação Cultural e Desportiva "A Batela" nos termos e para efeitos da alínea u) do nº.1 do art.º 33º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

198. Ofício da Associação de Promotores Turísticos da Branda da Aveleira, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 6.500,00€, para fazer face às despesas inerentes à realização da festa "Dia do Brandeiro", no dia 4 e 5 de Agosto de 2018. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo, deliberou por unanimidade, aprovar a informação da concessão de um subsídio no valor de 2.500,00€, à Associação de Promotores Turísticos da Branda da Aveleira nos termos e para efeitos da alínea u) do nº.1 do art.º 33º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

199. Presente informação interna, relativa a atribuição de um subsídio no valor de 1.610,42€, repartido por várias Corporações de Bombeiros do Distrito de Viana do Castelo, que prestaram apoio à prevenção de riscos e segurança do evento Monção e Melgaço Grandfondo, realizado no dia 23 de Setembro de 2018. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo, deliberou por unanimidade, aprovar a informação da concessão de um subsídio no valor de 1.610,42€, a várias Corporações de Bombeiros do Distrito de Viana do Castelo nos termos e para efeitos da alínea o) do nº.1 do artº.33º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## **Divisão de Planeamento e Gestão Territorial**

200. Presente informação interna, referente a emissão de declaração de caducidade do processo LE-HAB - 2/2011, do requerente Fernando Oliveira Alfaia, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos e fundamentos de facto e de direito constantes na informação interna nº8834 de 19-10-2018, aprovar a caducidade do processo, no uso das competências que lhe confere o nº5, artº71 do RJUE, na sua atual redação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



## Presidência

201. Presente proposta de: -Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer uma apresentação resumo, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2019. Analisou de seguida a receita corrente, dando neste caso, especial enfoque aos rendimentos de propriedade, os quais correspondem à renda das eólicas, num montante global de 1.367 200,00€ e ao rendimento proveniente de vendas de bens e serviços, nomeadamente, água e resíduos urbanos, as quais se traduzem num valor total de 1.448 300,00€. Referiu-se também, às receitas de capital dando, neste caso, importância aos passivos financeiros os quais constituem 681 000,00€. No que à despesa se refere começou a análise pela despesa corrente a qual entre outros pontos contém as despesas com o pessoal no valor de 4 963 250,00€ ou as despesas com aquisição de bens e serviços num montante de 4 484 376,00€. Por outro lado, no que diz respeito à despesa de capital apontou para valores como 360 000,00€ de transferência de capital ou 53 774,00€ de ativos financeiros. Apresentou o Plano Plurianual de Investimento com um valor total de 6.605 170,00€, contendo este, designadamente, no desenvolvimento económico local, na dinamização cultural, na regeneração urbana, nos equipamentos educativos, no planeamento, nas funções sociais, na habitação. Por último, exibiu o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, apresentando uma receita corrente de 11 531 845,00€, despesas correntes de 10 514 726,00€, amortizações médias de 854 812,77€, equilíbrio orçamental de 11 369 538,77€ e um saldo corrente deduzido das amortizações de 162 306,23€.

Requeru a palavra o Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro para afirmar que esta proposta de Orçamento não tinha nada de novo pelo que teria de votar contra mais um ano. Declarou que não continha medidas que o diferenciem e alterem a direção apesar do país se encontrar em níveis positivos de crescimento. Disse que apenas tinham reunido há uma semana pelo que não teria tido a oportunidade de discutir convenientemente as opções e como é evidente o Orçamento já se encontrava pronto não foram incluídas as propostas sugeridas. Continuou referindo que novamente se encontrava aberta a rubrica da Zona Industrial de Alvaredo com 1000€, o qual se traduz na perda de mais uma oportunidade única de investimento até 2020. No que toca ao turismo disse o Vereador que se tem dado passos para afirmar o turismo de natureza, mas que se tem esquecido o turismo de saúde, em concreto das Termas do Peso, as quais continuam sem abrir. Referiu-se também ao seguro de saúde para os Melgacenses, afirmando que já era altura de “pegar o touro pelos cornos” e o concelho ser ponto de referencia como já foi em tempos. No que à habitação diz respeito disse apenas existir o investimento do Plano de Urbanização das Carvalhiças, quando nesse campo muito investimento deveria ser realizado, pois disse existir uma “Barriga de Aluguer” de Brasileiros e ainda jovens que não encontram teto em Melgaço e terminam por ir para Monção. Dirigiu ainda, o seu comentário à “Festa do Cinema”, expressando que não lhe desagradava ter festa, mas que continuava à espera do investimento na Casa da Cultura e que feitas contas com o dinheiro gasto na dita festa haveria dinheiros para o cinema. Declarou que mais uma vez é proposto o desconto máximo de IRS o qual não estimula em absoluto a atividade económica ou capta residentes. Falou ainda, da colocação de 3 milhões de euros na rubrica diversos, a qual

considerou que apesar de ser uma questão técnica, não lhe parece correta pois deveria ser melhor especificada. Saudou o aumento do valor a atribuir às Juntas de Freguesia, pois foi um pedido realizado pela oposição e dos poucos que se traduzem no Orçamento, apesar de ainda não o considerar adequado e fez votos de que no próximo ano o Orçamento fosse mais arrojado e inovador.

O Presidente respondeu afirmando que a realização de capital era cada vez maior, com investimento elevado, bastando para comprovar, analisar as prestações de contas e comparar a realização de capital de 2018 com a de outros anos. É muito mais elevado, porque houve maior investimento devido às candidaturas executadas. Em 2019, também se segue esta regra de evolução e a realização de capital é crescente. No que à Zona Empresarial de Alvaredo se refere, afirmou que ainda há uns meses teria estado nesta mesma sala para fazer a apresentação à freguesia do projeto, assim, está-se efetivamente a cavalgar na sua execução, contudo, não pode o Vereador querer transmitir que este investimento é algo que se pode fazer de repente, é um projeto que deve ser bem pensado e que leva tempo. Durante semanas esteve em campo uma equipa do Município a fazer o levantamento de todos os terrenos incluídos na Zona Empresarial a qual estará certamente concluída no início do próximo ano, afiançou. O Presidente expressou ainda que como era do conhecimento do Vereador a Zona Empresarial é um projeto com custo elevado e que ainda está numa fase inicial pelo que não faria sentido colocar os 7 milhões de euros de investimento inicial nessa rubrica, no entanto a mesma está aberta pois se, entretanto, se conseguir algum financiamento rapidamente o podemos aproveitar. Prosseguiu declarando que tal como disse o Vereador o país está a crescer, mas existe um motivo para esse crescimento, é, pois, fruto de políticas para esse efeito, também é certo, que o turismo está em crescimento não é por acaso que está a chegar uma onda de imigrantes pela procura de mão de obra. No que se refere às questões apontadas para a saúde disse o Presidente que o Vereador tocava em dois pontos diferentes o cartão de saúde que nada tem a ver com as Termas. É certo que não temos tudo feito, mas temos sido pioneiros em diversas coisas, nomeadamente, em atividades culturais, Festival do Cinema, Noite dos Medos. Disse lamentar o discurso do Vereador, pois existem dificuldades e sempre existiram, mas temos conseguido ser reconhecidos e melhor sempre que possível. Termas é um problema que ainda não se encontra totalmente resolvido, pois não se poderia pensar que alterávamos os parceiros e logo no primeiro ano passávamos para o sucesso dos anos 30, é uma operação delicada, apenas o balneário está fechado o restante que tanto se reclamou está aberto. Continuou expressando que no que se refere à habitação, ou à falta dela, não será um problema exclusivamente do Município. Já relativamente aos 3 milhões colocados na rubrica de diversos é algo perfeitamente normal num orçamento trata-se de uma rubrica agregadora de rubrica e que se consultar as paginas seguintes facilmente poderá comprovar que estão efetivamente discriminadas, concluiu que mal seria que num orçamento de 18 milhões se estivessem a esconder 3 milhões. Relativamente às Juntas de Freguesia agradeceu a saudação do Vereador garantiu que se trata de um esforço que sempre se tratará de fazer, contudo, disse não entender esta postura em relação às Juntas de Freguesia quando na freguesia de Cristóval o PSD não aprova o Acordo de Execução com a Câmara Municipal. Sobre a Casa da Cultura e o Cinema o Presidente explicou que se tem feito um percurso e que neste momento é um palco de atividades diversas, ainda hoje ocorrerá lá a Noite dos Medos. No que toca à Festa do Cinema, o Presidente afiançou que é uma aposta do Executivo que a seu ver já se encontra



ganha, pois proximamente haverá a versão brasileira do nosso Festival a decorrer em São Paulo.

Submetido a votação, a Câmara Municipal de Melgaço, deliberou por maioria, com 2 votos contra dos vereadores eleitos pela coligação do PPD/PSD.CDS-PP “PRÁ FRENTE Melgaço”; Vítor Sílvio Cardadeiro e Alexandre Bruno Barros Reinales, nos termos e fundamentos de facto e de direito constantes na Informação do Presidente da Câmara Municipal, aprovar e submeter à Assembleia Municipal da proposta: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, no uso das competências que lhe confere a alínea c), nº1 do artigo 33º da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.

O vereador, Vítor Sílvio Cardadeiro e o vereador Alexandre Bruno Barros Reinales informaram a intenção de apresentar declaração de voto.  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

### III- Período de Intervenção do Público

Solicitou a palavra o munícipe Jorge Ribeiro, dando aos presentes as boas vindas à “Capital do Alvarinho”, declarou a sua satisfação por ver reforçados os apoios às Juntas de Freguesia, disse acreditar que as mesmas deveriam ter iniciativas próprias e que este reforço poderia despoletar numa maior dinâmica.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.30 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Saraia Faj Domínguez, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal

  
Manoel Batista Calçada Pombal



## Declaração de voto

Reunião de Câmara de 2018.10.31

**Vitor Cardadeiro e Alexandre Reinales, vereadores da Câmara Municipal de Melgaço, eleitos pelas listas da coligação Prá Frente Melgaço, votaram contra na votação do assunto 201, referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, com os seguintes fundamentos:**

Mais um ano de crescimento em Portugal e mais um ano de diminuição de Orçamento para Melgaço!

É de facto preocupante que, sendo Melgaço um concelho em que este Instrumento é tão determinante para o seu desenvolvimento, o Executivo não seja capaz de o usar para contrariar os seus indicadores socio-economicos!

Fizemos diversas propostas que seriam determinantes para entrarmos no caminho de um Melgaço que pudesse fixar os seus filhos e ter condições de atrair outros a residir e investir em Melgaço! Tínhamos que nos diferenciar, destacar, em relação aos concelhos vizinhos!

Desde logo, conceder aos residentes em Melgaço 5% de desconto no IRS!

Teríamos que ser Inovadores, implementando um seguro de saúde para todos os que residissem em Melgaço! As nossas Termas abertas todo o ano e a trabalhar na área da saúde, investindo na divulgação dos seus tratamentos e benefícios para a saúde!

Quem não prefere residir onde tem mais saúde e bem estar? Quem não quer investir onde as pessoas tem mais dinheiro para gastar na saúde?

Como podemos aprovar um Orçamento que não inclui verbas para um fim tão nobre e necessario como a Habitação? E quando não temos oferta adequada às necessidades dos nossos residentes? Dos mais jovens que vão encontrar essa oferta nos concelhos vizinhos, ou dos que nos procuram para estudar ou trabalhar!?

Mais um ano sem Investimento na nova Zona Industrial! Mais um ano sem Investimento nas Casas da Alfandega de São Gregorio! Mais um ano sem cartaz de Cinema em Melgaço!

Devíamos construir um orçamento para os Melgacenses e não para a Camara Municipal! Devíamos sentir estes problemas para sermos capazes de os enfrentar!

Vamos trabalhar para conseguir que mais pessoas deste executivo possam sentir o mesmo e podermos virar a pagina em 2020!

Este Orçamento só prova que Melgaço perdeu mais uma oportunidade de se transformar, de ter um novo Rumo! Com ele chegaremos a meio do mandato, para nós, de frustração! Nunca de Celebração!

Pelo exposto, Votamos contra.

2018.11.05

Subscrevemos

Os vereadores da Coligação Pra Frente Melgaço

